



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 075 /17

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FIRMAM O
MUNICÍPIO DE CAMPO BOM E EDITORA JORNALÍSTICA
JARROS LTDA.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luciano Libório Baptista Orsi, doravante designado simplesmente CONTRATANTE;

CONTRATADA: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/0001-24, com sede a Rua Olavo Bilac, nº 435, neste ato representada por suas diretora, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portadora da carteira de identidade nº 1878653 expedida pela SSP/RJ e CPF/MF nº 002.100.797-70, doravante somente designado CONTRATADO..

Pelo presente, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de prestação de serviços, em observância ao Pregão Presencial n.º **007/17**, homologado em 03/03/17, com fulcro na Lei n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal n.º 4.096/2005, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições seguir declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

Pregão Presencial Nº **007/17**

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO/RUBRICA: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05.03.04.125.012.2042.01.333903990

Dotação: 302042/24046

08.01.10.301.107.2170.40.333903990

Dotação: 302170/24138

06.01.12.122.046.2046.20.333903990

Dotação: 302046/24061

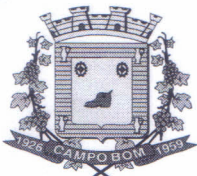
§ 1º As despesas decorrentes deste procedimento, a se vencerem no exercício de 2018, constarão da pertinente Lei de Orçamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa jornalística, editora de jornal de circulação diária na região do vale dos sinos, para prestação de serviços de divulgação de notificações públicas do Município de Campo Bom-RS, com base no valor de centímetro/coluna em página indeterminada, conforme Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante e indismembrável do edital, assim distribuído:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	R\$ unitário (cm/coluna)	R\$ total (cm/coluna)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA, EDITORA DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA NA REGIÃO DO VALE DOS SINOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM-RS, COM BASE NO VALOR DE CENTÍMETRO/COLUNA EM PÁGINA INDETERMINADA.	1.824	cm/col	R\$ 6,50	R\$ 11.856,00

CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO: O CONTRATADO, na prestação dos serviços do objeto licitado, deverá observar:

- o CONTRATADO deverá enviar a(s) matéria(s) publicada(s), no dia da publicação, para a CONTRATANTE, através de um exemplar do jornal;
- o licitante contratado deverá publicar expressamente o material enviado pelo Município, de forma a reproduzir integralmente os textos remetidos, em tamanho especificado;
- a matéria destinada à publicação será remetida pelo CONTRATANTE através de correio eletrônico (e-mail) e/ou por escrito através de fax;
- o Jornal da licitante proponente deverá ter a periodicidade mínima de uma circulação semanal;
- executará os serviços atendendo, taxativa e rigorosamente, as determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da CONTRATANTE, no curso da prestação dos serviços, objetivando a adequada execução dos mesmos;
- obedecerá toda a solicitação e informação exarada pela CONTRATANTE;



Município de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- g) prestará os serviços empregando a melhor técnica aplicável ao caso, devendo fazer uso de profissionais qualificados, responsabilizando-se pela correta execução dos mesmos, e por tudo o que se fizer necessário para a perfeita realização do objeto, bem como observar todas as normas e cautelas legais e administrativas atinentes;
- h) substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
- i) responderá, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- j) manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigida na licitação:
 - j.1) O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades ou quaisquer outros;
 - j.2) Mesmo os serviços subcontratados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, cabendo-lhe o direito de ação de regresso perante a empresa subcontratada para ressarcimento do dano causado;
- k) observará todos os termos da proposta apresentada por ocasião do processo licitatório, a qual passa a aplicar-se ao ajuste, em todos os respectivos termos;
- l) Obediência estrita aos termos do edital e do contrato firmado.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO O preço total ajustado pela execução dos serviços descritos na cláusula terceira é de **R\$ 11.856,00 (onze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais)**, sendo o valor unitário centímetro/coluna conforme discriminado acima na CLÁUSULA TERCEIRA, e se constitui no preço líquido, já computados tributos, fretes, transporte, encargos sociais e trabalhistas, e taxas regulamentares.

§ 1º. O preço proposto pelos serviços somente será passível de reajuste decorrido um ano da contratação, tomando-se então como base para o mesmo, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, fornecido pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística - IBGE, devendo para tanto o CONTRATADO formalizar o pedido em até 30 dias após o decurso dos 12 (doze) meses.

§ 2º. Enquanto não for divulgado o número do índice correspondente ao mês do reajustamento, a atualização monetária será calculada de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar.

CLÁUSULA SEXTA - FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da contraprestação devida dar-se-á, em até 30 (trinta) dias, na conformidade do montante de serviço prestado, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, na conformidade do calendário de pagamentos do Município, mediante a apresentação, pela licitante contratada:

- a) se for o caso da retenção prevista no item GARANTIAS, da guia necessária ao recolhimento do percentual de 11% (onze por cento), a ser retido a título de contribuição previdenciária, acrescida, se for o caso, da alíquota de contribuição previdenciária adicional, para fins de aposentadoria especial, devidamente preenchida, sob pena de não receber o pagamento pretendido até que a presente, sem que tal gere para o Município qualquer encargo moratório;
- b) do relatório para fins de retenção da contribuição previdenciária adicional para financiamento da aposentadoria especial do segurado (IN RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 e alterações subsequentes), devidamente preenchido, e firmado pelo representante legal da empresa e pelo respectivo contador.
- c) da prova de regularidade para com as Fazendas Federal (relativos a Tributos Federais e dívida Ativa da União e Seguridade Social), Estadual e Municipal (relativas a Tributos Diversos, do Estado e do Município de domicílio ou sede da contratada) regularidade junto ao FGTS (fornecida pela Caixa Econômica Federal), regularidade trabalhista, expedida através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

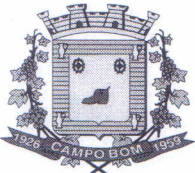
§ 1º - Tendo sido impostas penalidades ao CONTRATADO, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido. Em caso de pagamentos mensais, observar-se-á o limite mensal de desconto igual a 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

§ 2º - Não haverá antecipações por conta do pagamento devido.

§ 3º - O preço proposto não será passível de qualquer reajuste.

§ 4º - O pagamento feito pelo CONTRATANTE não isenta o CONTRATADO de responsabilidades, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

§ 5º - À CONTRATADA é expressamente vedado negociar, efetuar a cobrança ou o desconto de títulos



Município de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

cambiariformes acaso emitidos em decorrência deste ajuste, seja na rede bancária, seja com terceiros, posto que permitida somente a cobrança simples e direta, na Tesouraria do CONTRATANTE.

§ 6º. O pagamento poderá ser sustado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas, e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

- a) desatada qualquer determinação do Serviço de Fiscalização do Município;
- b) retardada injustificadamente a prestação dos serviços;
- c) havendo infração à condição ou obrigação estabelecida no edital licitatório, no contrato e/ou seus aditivos, ou na proposta apresentada;
- d) sendo constatada informação equivocada ou inverídica constante do relatório para fins de retenção da contribuição previdenciária adicional para financiamento da aposentadoria especial dos empregados da CONTRATADA.

§ 7º Ocorrendo o previsto na alínea d do § 6º, a CONTRATADA terá descontado do próximo pagamento que lhe for devido, ou das garantias fornecidas do cumprimento do ajuste, o numerário necessário ao recolhimento das eventuais diferenças de retenção, devidas e não realizadas, para repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, incluindo multas, juros e correção monetária então incidentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O prazo contratual será de **12 (doze) meses**, conforme necessidade da CONTRATANTE, podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do Município em havendo justificado motivo, mediante regular aditivo contratual, a contar da assinatura do contrato de prestação de serviços, na Prefeitura Municipal, ou vencendo-se antecipadamente em atingindo o limite contratado.

§ 1º - Qualquer evento que venha a ser considerado pela contratada como danoso e prejudicial ao regular exercício das atividades propostas, só irá eximi-la da responsabilidade contratual a que está sujeita, após ter o MUNICÍPIO analisado e concluído que se tratou efetivamente de fato imprevisível à álea contratual, dificultoso da normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior.

§ 2º - Caberá exclusivamente a contratada o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADES: O contratado responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despendar em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

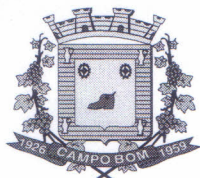
§ 1º - Responsabilizar-se-á ainda a contratada, isolada e integralmente, por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, civis e criminais, decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos serviços em tela, assim como pelo estrito respeito as normas de saúde, higiene e segurança aplicáveis aos caso, de tal sorte a nada ser carregado ao MUNICÍPIO, ao qual, por cautela, a contratada assegura direito regressivo na forma do item 13.1. deste edital.

§ 2º - O contratado responsabilizar-se-á ainda:

- a) executar o objeto licitado conforme especificações do edital, Anexo I - Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços;
- b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- d) arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- e) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO: O CONTRATANTE designará servidor seu, ou terceiro devidamente habilitado a tanto, para acompanhar a entrega das mercadorias e verificar a respectiva correção.

§ 1º - A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições contratuais e no pregão postas, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução dos serviços.



Município de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

§ 2º - Ao MUNICÍPIO resta assegurada a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo no que for necessário à fiscalização dos serviços da contratada.

§ 3º - Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES: Ao CONTRATADO, atrasar ou não prestar o serviço do qual a licitante foi vencedora, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à Advertência, Multa, Suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Campo Bom, pelo prazo de até 2(dois) anos, às seguintes sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório:

- a) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva contratação;
- b) Multa de até 02% (dois por cento) sobre o valor da respectiva contratação, por dia de atraso no prazo da entrega;
- c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação no caso de não cumprimento de obrigações acessórias;
- d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§ 1º. As Solicitações, Notificações serão enviados ao CONTRATANTE, conforme dispõe o item 11.2. do edital. As respostas de Solicitações, poderão ser enviadas pela CONTRATADA para o mesmo e-mail que efetuou a Solicitação, e as respostas às Notificações ou os Recursos deverão ser protocolados no Protocolo Geral do Município.

§ 2º. A CONTRATADA designa o endereço eletrônico (cidades@jornaldocomercio.com.br) para que a contratante possa realizar eventuais Pedidos de Informações, Comunicações, Intimações e Notificações sobre a execução contratual, obrigando-se a manter informada a CONTRATANTE de quando houver alteração do endereço eletrônico.

§ 3º. À contratada, pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, isolada ou cumulativamente, sendo que para tais fins é desde logo definido que em caso de multa, corresponderá à mesma a 10% (dez por cento) do valor global do contrato - considerado este como o valor ofertado e homologado - em caso de infração contratual cometida pela contratada; e, a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato - considerado este como o valor ofertado e homologado - em caso de rescisão imotivada do ajuste pela contratada, ou de rescisão justificada do contrato, pelo MUNICÍPIO.

§ 4º. Na imposição de penalidades observar-se-á a gravidade da infração, assegurado a contratada, em qualquer caso, direito de recurso na forma da Lei Federal 8.666/93.

a) A imposição de penalidades não impede a concomitante rescisão contratual.

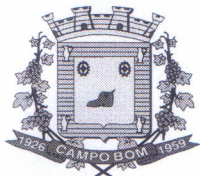
§ 5º. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas caso se apure que a contratada e/ou qualquer dos seus integrantes:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, dolosamente, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar objetivos licitatórios;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o MUNICÍPIO, em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO: Constituem motivos para a rescisão contratual, os aplicáveis ao caso, previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, decorrendo as consequências referidas no artigo 80 do mesmo diploma, sem prejuízo de eventuais sanções acaso impostas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIAS: Não são exigidas garantias do cumprimento do ajuste.

§ 1º: Em garantia da elisão da responsabilidade solidária do Município pelas contribuições previdenciárias devidas pelo (a) CONTRATADO(A), em razão dos serviços objeto deste ajuste - responsabilidade esta prevista no artigo 31 da Lei Federal n. 8.212/91, e no parágrafo 2º. do artigo 71 da Lei Federal n. 8.666/93, será procedida, conforme orientado pelas Instruções Normativas RFB nº 971/2009 e alterações subsequentes, a retenção e o recolhimento do percentual de 11% (onze por cento), acrescido, se for o



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

caso, do percentual de 4%, 3% ou 2%, caso o (a) CONTRATADO(A) desenvolva atividades em condições especiais, que exponham os respectivos empregados a riscos prejudiciais à respectiva saúde e/ou integridade física, permitindo aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição, incidente sobre o valor total das notas fiscais representativas do preço dos serviços, apresentadas pelo (a) CONTRATADO (A).

§ 2º: O CONTRATADO (A) que esteja obrigado a fornecer material ou dispor de equipamentos próprios ou de terceiros indispensáveis à execução do serviço, cujos valores estejam estabelecidos contratualmente, sendo as parcelas correspondentes discriminadas também na nota fiscal representativa do preço dos serviços, terá tais valores liberados da retenção. Não se admitirá, em qualquer caso, que o valor relativo aos serviços seja inferior a 50% do valor bruto da nota fiscal.

§ 3º: O CONTRATADO (A) estará dispensada da retenção quando:

- a) o valor correspondente a onze por cento dos serviços contidos em cada nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços for inferior ao limite mínimo estabelecido pela SRP para recolhimento em documento de arrecadação;
- b) comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, não possuir empregados, e os serviços forem prestados, pessoalmente, pelo titular ou sócio da empresa, e o faturamento do mês anterior for igual ou inferior a duas vezes o limite máximo do salário de contribuição;
- c) comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, ou através de consignação do fato na nota fiscal, na fatura, ou no recibo de prestação de serviços, que a contratação envolveu somente serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada por legislação federal, ou serviços de treinamento e ensino, desde que prestados pessoalmente pelos sócios, sem concurso de empregados ou outros contribuinte individuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: O CONTRATADO obriga-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram a sua contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CESSÃO: Este contrato e/ou quaisquer direitos dele decorrentes, não pode ser cedido e/ou transferido pelo CONTRATADO a terceiros, total ou parcialmente, sem a expressa e escrita autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: Constatando a Municipalidade ter havido algum equívoco na quantidade dos produtos objeto deste procedimento, tal não implicando alteração superior a 25% (vinte e cinco por cento) das bases atuais, reivindicará a complementação ou diminuição na execução dos serviços, com a manutenção do preço originalmente proposto em caso de acréscimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INÍCIO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do contrato, pela licitante contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO: Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Campo Bom-RS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS: Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 10.520/02, e pelos demais regimentos pertinentes às contratações públicas.

E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam na presença das testemunhas abaixo, extraindo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.


LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.


EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA
Contratada.

Campo Bom, 16 de março de 2017.

Testemunhas:




Responsável Técnico Pelo Instrumento: Pedro Santos de Azevedo - OAB/RS 88.934



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TERMO ADITIVO Nº 002 ao CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº075/2017, firmado entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM** e **EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA**.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado à Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Luciano Libório Baptista Orsi.

CONTRATADA: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/001-24, com sede na Rua Olavo Bilac, nº 435, Bairro Santana – Porto Alegre – RS – CEP 90040-310, neste ato representada por sua diretora, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portador da carteira de identidade nº 1878653 e CPF/MF nº 002.100.797-70, doravante somente designado **CONTRATADO**.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE e CONTRATADA**, que em decorrência de Pregão Presencial de processo licitatório nº 007/2017, firmaram, em 16/03/2017, resolvem aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando a necessidade de manutenção no fornecimento do objeto em questão, bem como a existência de saldo do mesmo, consoante solicitação e justificativa Secretaria de Administração, representada por seu Secretário Sr. Pedro Paulo Gomes, que a este instrumento integra como se nele transcrito estivesse, resolvem as partes, com fundamento no disposto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, prorrogar o prazo contratual por 60(sessenta) dias, a partir de 16 de março de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.



Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 15 de março de 2018.


MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Luciano Libório Baptista Orsi,
Prefeito Municipal.


EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA
Contratada.

Testemunhas:

Responsável Técnico Pelo Instrumento:  Pedro Santos de Azevedo - OAB/RS 88.934